



CRIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRIMEIRO DISTRITO CRIATIVO DO BRASIL

MORETINI, Érika; emoretini@usp.br; IAU-USP

1 Introdução

Ainda que, na esteira de pensadores como Fredric Jameson (2001), possamos remeter a “guinada cultural” do capitalismo – que confere inaudita centralidade econômica à cultura – às tentativas de saída da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970/1980; ou ainda, para nos estendermos mais no tempo, ao ponto de inflexão dos anos 1960, chamada pela UNESCO de “década da cultura”, será nos anos 1990, sob os auspícios do Novo Trabalhismo inglês, que uma “nova economia”, centralizada nas chamadas “indústrias criativas” entrará em cena. Nesse percurso, o deslize semântico observado para a eleição de um novo denominador comum – da “cultura” à “criatividade” - foi essencial não somente para a incorporação de novos setores – como a moda, os jogos eletrônicos e o segmento de software entre outros – àqueles tradicionalmente reconhecidos como “culturais”, como a publicidade, mídia, moda e design (ADDUCI & NOAVIS, 2019), bem como para a criação do consenso em torno do impacto econômico deste setor, agora dito “criativo”.

Não tardou para que esse discurso ancorasse no espaço urbano. Se, como já apontou a vasta literatura sobre o assunto, as formações metropolitanas são essenciais aos processos de produção, reprodução e consumo capitalistas, quer ao reunir as vantagens da economia de escala, quer absorvendo grandes quantidades de capital e força de trabalho, quer constituindo-se como o *locus* de sua reprodução, não causa espanto o fato de, numa época de “urbanização planetária” e sob uma economia fortemente assentada no consumo e nos serviços, a paisagem urbana contemporânea também se conformasse aos interesses do capital.

A cidade criativa é mais do que o simples desenvolvimento de atividades criativas ou da economia criativa, caracterizando-se, sobretudo, pela dinâmica organizacional na promoção da cultura e das artes, pelos estímulos do ambiente criativo e pelo papel da história e da tradição na criatividade. De modo específico, o ambiente criativo se caracteriza pelo contexto urbano, no qual as pessoas são incentivadas a comunicar, participar e compartilhar (LANDRY, 2011). Desse modo, a qualidade de vida, a estética e o consumo são insumos a que o ambiente criativo procura dar resposta. (CRUZ, 2017, p. 18)

Soma-se a esse cenário o declínio das atividades industriais dando origem a uma grande quantidade de terrenos e equipamentos urbanos (as regiões “desindustrializadas”) passíveis de serem reconvertidos em novos espaços produtivos, o incentivo a criação de territórios – ou arranjos produtivos locais – “criativos” pode ser visto como uma das respostas à necessidade de absorção do capital excedente, sobretudo após a grande crise mundializada de 2008.

Não obstante o discurso hegemônico que exalta as potencialidades de tais investidas – tais como a valorização da mão-de-obra local, a geração de renda, o indivíduo como ponto focal das relações urbanas etc. -, vários são os autores que ressaltam seu lado negativo, como a geração de espaços urbanos exclusivos e excludentes, os processos de gentrificação, a mercadificação dos espaços e serviços públicos (EZPONDA, GARCÍA, DURÁN, 2013), de modo que várias questões podem ser colocadas: Mas o que de fato proporciona a cidade construída nesses moldes, para seus cidadãos? É possível uma “cidade criativa” ser de fato mais inclusiva e garantidora de cidadania? É capaz de permitir ou criar a sensação de pertencimento aos seus cidadãos? A construção da identidade local é fator que permite a presença da diversidade cultural típicas das grandes cidades? O empreendedorismo individual pode garantir a qualidade de vida e o fortalecimento de laços locais da comunidade? A redução do cidadão a consumidor, ou a construção da cidadania pelo consumo é resultado ou causa desse processo?

No Brasil, a partir de 2002, ganha força a proposta de Arranjo Produtivo Local como alternativa de fomento ao desenvolvimento econômico. Compreendido como o conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais que atuam em um mesmo território, a partir de atividade relacionadas e com “vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem” (KAMIMURA & SIMONETTI, 2017, p. 21), os APLs configuraram o norte para grande parte das políticas públicas do governo federal sob a legenda do “neodesenvolvimentismo” (DE MARCH, 2012).

Com a criação da Secretária de Economia Criativa, no Ministério da Cultura, em 2011, houve a aproximação do ministério às políticas “neodesenvolvimentistas” do governo.

No plano de ação da secretaria estão definidos os vetores de atuação, que contemplam as ações para a construção do ambiente favorável à economia criativa, dentre os quais os territórios criativos e os arranjos produtivos dos setores criativos, permitindo seu surgimento e institucionalização. (CULTURA, 2011)

A década de 2010 parece introduzir uma nova camada discursiva: o da economia criativa como instrumento de desenvolvimento social e urbano também na cidade de São Paulo. A aprovação em 2014, do Plano Diretor Estratégico (PDE) do município, com adendo proposto pelo então vereador Andrea Matarazzo, criou os Polos de Economia Criativa (PEC) e estabeleceu o Distrito Criativo Sé/República como primeiro território reconhecido legalmente sobre o qual se desenhará a atuação dos protagonistas da economia criativa, dando início ao desenho de políticas públicas na cidade voltadas ao setor.

2 Objetivos

2.1. Geral:

Analisar o processo de criação e implementação do Polo de Economia Criativa - Distrito Criativo Sé/República na região central da cidade de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento urbano e inclusão social, discutindo seus aspectos legais e institucionais, bem como o papel dos agentes sociais envolvidos.

2.2. Específicos:

- Analisar o papel da cultura e da criatividade no desenvolvimento urbano e inclusão social,
- Analisar o papel do território (APL) e das políticas urbanas para o desenvolvimento econômico e social,
- Analisar os processos e programas de “regeneração/requalificação” da região central da cidade de São Paulo,
- Analisar os limites e potencialidades dos conceitos de cidade e economia criativas.

3 Abordagem da pesquisa

O processo de investigação será de natureza qualitativa, voltado a entender e interpretar o fenômeno de implementação do Arranjo Produtivo Local Criativo na região central de São Paulo, a partir de revisão bibliográfica e levantamento de dados, articulando a pesquisa teórica e a empírica. A coleta de dados será realizada em fontes primárias e secundárias, levando-se em conta o método de ‘Estudo de Caso’ (YIN, 2001), por oferecer uma estratégia que viabiliza a investigação empírica de fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, principalmente quando os limites entre o fenômeno estudado e o contexto, não estão claramente definidos (Musa; Passador; Paschoalotto, 2017).

Recorreremos ainda à teoria neo-institucional para focar nas políticas públicas destinadas à implementação do APL Criativo da Sé/República na cidade de São Paulo, tendo em vista “a integração dessas políticas com o ambiente institucional onde estão inscritas” (SOUZA, 2010, p. 2), e considerando que a implantação de políticas públicas envolvem novos arranjos institucionais que proporcionarão a superação ou a substituição de outros, será necessário o uso de instrumental que permita a compreensão deste processo. Nessa estratégia, faremos uso do conceito da ‘dependência da trajetória’, que localiza historicamente a ação analisada e suas condicionantes, interligando “passado, presente e futuro” (ROCHA, 2004, p. 6), de modo que se faça a recuperação de “possíveis fatores que sustentam uma mudança institucional” provocada por uma nova política pública (ROCHA, 2004, p. 8).

4 Resultados e discussões

- a. A revisão crítica da literatura visando construir um arcabouço conceitual que sustente a análise a ser feita do cenário proposto, considerando conceitos como de criatividade, cultura, território criativo e desenvolvimento, para em seguida identificar como são aplicados pelas políticas públicas, de modo a construir uma análise que relacione a produção teórica, o contexto e as políticas públicas na cidade de São Paulo.
- b. Análise dos documentos – planos diretores, legislação municipal, planos estratégicos de desenvolvimento, peças publicitárias etc .- ações e agentes responsáveis pela implementação do APL criativo em estudo.
- c. Levantamento e análise dos indicadores quantitativos e qualitativos referentes ao APL Criativo em estudo.

5 Referências

- ADDUCI, Cássia C. & NOAVIS, Luis F. A economia criativa no estado de São Paulo (2012-2016): definição e análise. **Revista Ensaio & Conjuntura – Economia**. SEADE 40 anos. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE): São Paulo, 2019.
- CRUZ, Fernando M. R. da. **Cultura e Cidade. Abordagem multidisciplinar da cultura urbana**. Natal: EDUFRRN, 2017.
- CULTURA, **Plano da Economia Criativa. Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília: Ministério da Cultura. 2011.
- DE MARCH, Leonardo. Construindo o conceito de economia criativa no Brasil. Política cultural no contexto neodesenvolvimentista brasileiro. *In: XXXV Congresso Brasileiro da Comunicação - Intercom* (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), Fortaleza, 2012.
- EZPONDA, A. G.; GARCÍA, A. L.; DURÁN, S. G. Cultura y creatividad en la nueva economía urbana: evidencias, discursos y críticas. **Revista de Dirección y Administración de Empresas**, 2013, nº20, p. 33-55.
- JAMESON, Fredric - **A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes. 2001.
- JOSÉ, B. K. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- KAMIMURA, Quésia P. & SIMONETTI, Erica R. de S. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. *In: OLIVEIRA, Carlos W. de A. et al. (org.) Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro – Ipea, 2017.
- LANDRY, Charles. **Origens e Futuros da Cidade Criativa**. SESI Editora: São Paulo, 2011.
- MUSA, C. A.; PASSADOR, C. S.; PASCHOALOTTO, M., A., C. Políticas Públicas Culturais no Brasil: um estudo de caso do consórcio intermunicipal Culturando. *In: IV Encontro Brasileiro de Administração Pública – “A construção da Administração Pública do Século XXI*. João Pessoa, 2017.
- ROCHA, R. Avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR/FGV**, vol. II, nº1, 2004. Fonte: www.ebape.fgv.br/cadernosebape.
- SOUZA, Bruno C. de. Políticas Públicas e Teoria Neoinstitucional: validades e aplicações. **Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG**, Vitória: Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração - ANPAD, 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2001.